



Relatório Anual

Gestão 2020/2022



Corregedoria Geral
da Justiça
MARANHÃO

Sumário

	01 GOVERNANÇA	7
	02 RESOLUTIVIDADE	16
	03 INTEGRIDADE	26
	04 TRANSPARÊNCIA	30

Apresentação



Apresentação

É sabido que a nova gestão pública, própria do Estado Democrático de Direito, procura se organizar e desenvolver em torno de eixos, programas e princípios. Desde a nossa chegada na Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, em 24 de abril de 2020, organizamos nossa gestão em torno de quatro eixos fundamentais, a saber: governança, resolutividade, integridade e transparência, com base nos quais desenvolvemos um conjunto de ações, considerando o contexto da pandemia da Covid-19.

Após um ano de trabalho intenso, chegou a hora da nossa primeira prestação de contas, *accountability* aqui realizado por intermédio de um relatório objetivo, dinâmico e ilustrativo, que sintetiza as ações levadas a cabo, a partir dos quatro eixos de gestão mencionados, com destaque para números e indicadores de resultados.

A **GOVERNANÇA** foi fundamental para rapidamente conhecermos a fundo o serviço judicial de 1º grau e

o extrajudicial, identificarmos seus gargalos, desenvolvermos bons projetos e implementarmos ações focadas no constante aprimoramento e controle da atividade, tudo a partir da construção de um espírito de equipe, da valorização e do aumento das competências de gestão por nossos juízes auxiliares e servidores, estes majoritariamente designados, para postos-chave, entre o qualificado quadro de pessoal efetivo do Tribunal. A experiência na área de atuação e a expertise técnica também nortearam a indicação de nossos competentes servidores comissionados.

A **RESOLUTIVIDADE** propiciou o atingimento antecipado das metas nacionais fixadas pelo CNJ, uma melhora geral da performance de trabalho, com um significativo aumento de nossa produtividade e o desenvolvimento de uma administração orientada por e para resultados.

Ao se referir aos problemas de “um mundo de papel”, o genial Rubem Braga lembrou de um alto servidor

que mandou afixar em sua repartição um conselho aos funcionários: “Não basta despachar o papel, é preciso resolver o caso”.

Ainda que o “papel” tenha sido substituído pelo documento digitalizado, essa filosofia resolutiva segue presente em nosso trabalho, orienta nossas ações e está conectada com o ODS¹ 16 da Agenda Global 2030, voltado para proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Eficácia diz respeito a resultado, a funcionamento. Para cumprir de modo eficiente e eficaz a função de órgão de controle, a Corregedoria precisa assegurar que os processos e procedimentos judiciais, disciplinares e administrativos, incluindo a prestação de contas das interinidades, sejam efetivamente apreciados, esgotem suas etapas, tendo começo, meio e fim, com respeito à ampla defesa, ao contraditório e ao tempo razoável de duração.

¹ ODS - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030).

O eixo **INTEGRIDADE** nos animou a implementar, com auxílio de especialistas e criação de núcleo específico, um amplo programa de *compliance* cujas ações são concebidas e primeiramente aplicadas na Corregedoria para, em seguida, espriarem-se por todas as unidades jurisdicionais de 1º grau e serventias, com o que damos o exemplo a partir de nossa casa, fomentando um ambiente de legalidade e probidade dos atos, conforme os ditames da Constituição.

Experiências internacionais e de outros órgãos da estrutura do Estado brasileiro têm demonstrado que o fortalecimento das funções diretiva e de controle tem como pressuposto básico à integridade, por meio da qual conferimos legitimidade ao exercício da função pública, internalizando preceitos éticos tanto em nossa conduta como na vida de relações.

É também por meio da integridade em nosso universo laboral que melhoramos a percepção pública da sociedade sobre o Judiciário, gerando maior confiança da população nas instituições da Justiça.

Sem jamais nos afastarmos do exercício da ética baseada em regras e em valores republicanos, seguiremos realizando nosso trabalho de orientação,

2 Para uma revolução democrática de Justiça. SANTOS, Boaventura de Sousa, São Paulo: Editora Cortez, 2007.

fiscalização sobre o funcionamento e disciplina do serviço, fortes nos instrumentos de correição e inspeção permanentes.

Por fim, a **TRANSPARÊNCIA** está presente na visibilidade que procuramos dar aos atos praticados no âmbito da Corregedoria, ampliando e atualizando a nossa comunicação interna, com as unidades judiciais e serventias, e externa, sobretudo esta, que é a comunicação realizada em face de outros órgãos e da própria sociedade, com a qual, historicamente, o Poder Judiciário sempre teve maior dificuldade de diálogo.

Visando, ainda, ao aperfeiçoamento dessa interlocução, intensificamos o uso das redes sociais e de outras ferramentas tecnológicas, além dos meios tradicionais de comunicação, adotando a impessoalidade e fazendo opção por uma linguagem mais fluida e menos técnica, capaz de ser compreendida pelo cidadão comum, com o que, seguindo o norte fixado por Boaventura de Sousa Santos, construímos uma relação mais virtuosa entre a Justiça e a comunicação social, pois “numa sociedade info-democrática”, dizia o mestre de Coimbra, “a administração da justiça será tanto mais legitimada pelos cidadãos quanto mais conhecida e reconhecida por for eles”².

Apesar das dificuldades impostas pela pandemia, estamos imbuídos do sentido de missão e continuaremos trabalhando duro para superá-las, na expectativa de que, ao final da atual gestão, sejamos bem-sucedidos em nossos propósitos e consigamos honrar a confiança que nos foi depositada pelos ilustres colegas de Plenário e deixar nossa contribuição para tornar mais efetiva a ação da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, pois aprimorar as instituições da Justiça é tarefa que nunca acaba.

Aproveitem o relatório!



Paulo Sérgio Velten Pereira

Corregedor-Geral da Justiça do Maranhão

Expediente

ORGANIZADORES

Secretaria Geral da Corregedoria Geral da Justiça
Chefia de Gabinete do Corregedor-Geral
Assessoria de Comunicação
Assessoria Jurídica

REDAÇÃO

Carlos Anderson dos Santos Ferreira
Lêda Alice do Nascimento Ribeiro Pinto
Michelle Silva Costa Duailibe Furtado

REVISÃO

Herberte Pereira de Melo da Silva

DIAGRAMAÇÃO

lasmin Diniz Soares

FOTOS

Assessoria de Comunicação - CGJ/MA
Acervo de servidores - CGJ/MA
Márcio Rodrigo Carvalho
Jonas Sakamoto
Josy Lord
Ribamar Galvão
Divulgação

Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira

Juízes e Juízas Auxiliares da Corregedoria

Gladiston Luís Nascimento Cutrim
Márcio Castro Brandão
Sara Fernanda Gama
Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro
Antônio José Vieira Filho (Abr. 2020 a Dez. 2020)
Maria Francisca Gualberto de Galiza (Abr. 2020 a Dez. 2020)

Juiz Coordenador de Planejamento e Aprimoramento da Justiça de 1º Grau

José Nilo Ribeiro Filho

Juiz Coordenador do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais

Nelson Ferreira Martins Filho

Juíza Diretora do Fórum de São Luís

Andréa Furtado Perlmutter Lago

Diretor da Secretaria Geral da Corregedoria Geral da Justiça

Carlos Anderson dos Santos Ferreira

Chefe de Gabinete do Corregedor-Geral

Lêda Alice do Nascimento Ribeiro Pinto

Assessoria de Comunicação

Isabella Carolina Silva e Silva

Assessoria de Informática

Eduardo Henrique Ferro Freire

Assessoria Jurídica dos Juízes Auxiliares

Michelle Silva Costa Duailibe Furtado

Coordenadoria das Serventias

Jaciara Monteiro Santos Rodrigues

Coordenadoria de Planejamento e Aprimoramento da Justiça de 1º Grau

Aline Mendonça da Silva

Coordenadoria de Reclamações e Processos Disciplinares

Mayckerson Alexandre Franco Santos

Coordenadoria de Orientação e Aprimoramento das Medidas Cautelares Penais e Execução Criminal

Ariston Chagas Apoliano Júnior

Coordenadoria de Administração

Danielle Mendes Mesquita Melo

Coordenadoria de Finanças e de Pessoal

Milena Vieira de Oliveira

Secretaria do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais

Josiane de Jesus Fonseca da Silva Santos

Governança



Gestão estratégica

O Plano de Gestão para o Biênio 2020/2022 foi construído com base em pesquisas sobre o diagnóstico organizacional e o cenário atual da Justiça. Foram estabelecidas ações e prioridades para os dois anos da gestão, alinhadas às necessidades da Justiça de 1º Grau e às diretrizes estratégicas do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Elaboração e acompanhamento da execução do **Plano de Gestão** da CGJMA.

Planos de ação dos setores administrativos e de redução de acervo processual da CGJMA.

Mapeamento dos processos administrativos da CGJMA.

Desenvolvimento de **6 Planos Táticos** no 1º Grau (São João dos Patos, 2ª Vara Cível de Balsas, Vara Única da Comarca de Carolina, 1ª Vara da Comarca de Lago da Pedra, 2ª Vara da Comarca de Lago da Pedra, Vara Única da Comarca de Santa Rita).

Aperfeiçoamento do **fluxo dos processos de pagamento** das faturas, a fim de evitar mora e, conseqüentemente, a incidência de multa, juros e correção monetárias.

Mapeamento e controle de gastos das linhas telefônicas fixas instaladas nas unidades judiciais.

Reuniões Trimestrais de Avaliação da Estratégia – **RAE**.



Reunião da RAE

Plano Estratégico para a Central de Mandados de São Luís.

Criação de **fluxo padronizado** de arquivamento e descarte de processos, a ser seguido por todas as unidades judiciais do Estado e elaboração de documentos e vídeos explicativos.

Gestão da Execução Criminal, com acompanhamento de dados no SEEU.

SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

Acompanhamento e execução de procedimentos para a concretização da investidura de mais **68 delegatárias e delegatários** do concurso de notários regido pelo Edital 001/2016, o que gerou a **redução em 36%** do total de **Serventias em situação de interinidade** no Estado do Maranhão.

Reativação do **Núcleo de Regularização Fundiária**, por meio do Provimento CGJMA nº 34/2020, tendo como principal projeto o **PROGRAMA MINHA TERRA**, que tem por escopo apoiar a construção de marcos legislativos, fortalecer a capacitação de servidores e servidoras, contribuir na interlocução com outros entes da federação, de modo que os 21 municípios do Médio-Mearim construam uma política pública de governança de terra.



Lançamento do Programa Minha Terra



Audiência pública na Comunidade São Joaquim do Itapera



Reunião para discutir parceria entre CGJ-MA e FAO

PRINCIPAIS NORMATIVOS

Autorização para a realização de **Casamentos Civis** por meio de videoconferência no Estado do Maranhão, regulada pelo Provimento CGJMA nº 23/2020.

Regulamentação de **audiência de custódia** por videoconferência, por meio do Provimento CGJMA nº 65/2020.

Regulamentação do **atendimento remoto** de advogados, procuradores, defensores públicos, membros do Ministério Público e da Polícia Judiciária, bem como das partes no exercício do seu *jus postulandi*, no período da pandemia

da Covid-19, por meio do Provimento CGJMA nº 53/2020.

Regulamentação do uso de videoconferência para **realização de audiências** e demais atos judiciais no Primeiro Grau do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, por meio do Provimento CGJMA nº 3/2021.

Alteração do Código de Normas da CGJMA, por meio do Provimento nº 5/2021, a fim de possibilitar que o reconhecimento de estado de filiação por pessoa absolutamente ou relativamente incapaz independa de representação ou assistência de seus pais, tutor ou curador.

COMBATE AO SUB-REGISTRO CIVIL

Criação do **Núcleo de Registro Civil e Acesso à Documentação Básica** no Maranhão, por meio do Provimento CGJMA nº 50/2020, em reforço à política pública nacional de mobilização visando à erradicação do sub-registro.

Instituição, pelo Provimento CGJMA nº 62/2020, da **Semana de Mobilização e Combate ao Sub-registro** no calendário anual de ações do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Regulamentação, pelo Provimento CGJMA nº 7/2021, da **instalação de unidades interligadas** em estabelecimentos de saúde que realizem partos no Estado do Maranhão.



Lançamento do Núcleo de Registro Civil e Acesso à Documentação Básica do Maranhão



Entrega de certidão de Registro Civil a uma criança da etnia Ka'apor

46 POSTOS DE REGISTRO CIVIL



52 POSTOS DE REGISTRO CIVIL AVANÇADOS



29 UNIDADES INTERLIGADAS

Dessas Unidades Interligadas de Registro Civil, **23 foram cadastradas** (instaladas e convertidas) na atual Gestão.

Gestão administrativa

Realização de **cadastro eletrônico** de peritos e órgãos técnicos ou científicos que auxiliam os juízes em perícias e esclarecimentos.

Descarte e eliminação de aproximadamente **40.000 processos físicos** constantes em editais de eliminação anteriores.

Publicação de **5 editais** para eliminação de processos físicos dos 9º, 10º, 11º, 12º e 13º Juizados Especiais Cíveis da Capital de acordo com a tabela de temporalidade do TJ-MA, com a triagem de aproximadamente **24.000 processos** para descarte.

Elaboração de editais para **descarte dos processos físicos** dos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º Juizados Especiais Cíveis da Capital e Juizados Especiais Criminais.

Reformas estruturais preventivas e corretivas no prédio da CGJMA.

Descarte de **1.000 caixas** de processos antigos da Comarca de Lago da Pedra, direcionadas à empresa de reciclagem na capital.

Acompanhamento de **novo processo licitatório** para o fornecimento de alimentação do Júri na Comarca da Ilha.



Realização de **mutirões de Júri** da Comarca de São José de Ribamar no mês de novembro/2020.



Instalação do novo prédio da **Central de Inquéritos da Comarca da Ilha**.

21 visitas a Juizados Especiais na Capital e Interior.

Implantação do **Juízo Pró-Ativo**.

Fixação das **Unidades dos Juizados Especiais Criminais** no Fórum Desembargador Sarney Costa.



Juiz Nelson Martins em Correição no 3º JECRIM de São Luís



Visita ao 13º JEC - São Luís

Atualização do **Regimento Interno** do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais (Resolução GP nº 52/2020).

Realização de 8 reuniões do **Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais**.



Correição Extraordinária - Turma Recursal Balsa.



Visita ao Juizado de Balsas



Reunião do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais



Correição Extraordinária - Juizado de Codó



Correição Turma Recursal - Caxias

Gestão de pessoas

Em 2020 todos fomos chamados a repensar nossa forma de gestão. Fomos convidados a refletir sobre nossas técnicas e abordagens, exercitar a criatividade e buscar caminhos alternativos. Essa mudança de perspectiva requereu um grande esforço de servidoras e servidores, magistradas e magistrados, dentre outros atores que fazem o dia a dia da Justiça.

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão acredita que as pessoas são o bem mais importante da instituição. Assim, envidamos diariamente esforços para apoiar nossos colaboradores, consolidar equipes de trabalho comprometidas e motivadas a prestarem um serviço público com eficiência, o que resultou no rendimento inquestionável, visto na produtividade alavancada em todo o Estado. Nossos incansáveis colaboradores merecem todo o nosso respeito e reconhecimento.

Apoio aos secretários judiciais e servidores e servidoras para o **trabalho remoto**, com a disponibilização de equipamentos e materiais.

Cursos e workshops para servidores e servidoras.

Parceria com a **ESMAM**, na realização de cursos para servidoras e servidores, magistradas e magistrados e delegatárias e delegatários.

Projeto de **digitalização de pastas** funcionais dos magistradas e magistrados.

Implantação do **assentamento funcional digital**.

Elaboração de rotina periódica de **prevenção e higienização preventivas** à contaminação pelo coronavírus.

Criação e implementação de fluxo de informações sobre docência por magistradas e magistrados, em cumprimento à **Resolução nº 373** do CNJ.

Realização do **1º Passeio Ciclístico** em comemoração do Dia do Servidor Público Estadual.



1º Passeio Ciclístico

“**Entre Líderes**”, quadro de comunicação interna desenvolvido pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão para dialogar e aproximar as lideranças da Instituição.





Acompanhamento e diagnóstico de **juízas e juízes** em estágio probatório.

Instrução de **355 processos de promoção**, remoção de juízes e acesso ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.



Visita ao Juiz vitaliciando Azarias Cavalcante de Alencar, na 3ª Vara Cível de Imperatriz



Entrevista por videoconferência com o Juiz vitaliciando Diego Duarte de Lemos, titular da Comarca de São Luís Gonzaga do Maranhão



Juiz auxiliar Márcio Brandão em visita a juiz vitaliciando



Acompanhamento anual de juízes vitaliciandos pela magistrada Francisca de Galiza



Magistrado Antônio Vieira no Fórum de São Luís

Gestão da Tecnologia

O aprimoramento das ferramentas tecnológicas já existentes e o desenvolvimento de novas, assegurando a continuidade das atividades e a garantia da prestação jurisdicional célere, é um dos objetivos estratégicos da atual Gestão.

Nesse primeiro ano, a tecnologia manteve a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão conectada ao cidadão diariamente, com a abertura de nossas portas virtuais, ainda mais amplas que as físicas.

Trabalho remoto, despachos telepresenciais com magistrados, audiências por videoconferência, sessões de julgamento transmitidas virtualmente, ampliação da digitalização de autos físicos agora fazem parte da nova rotina de uma Justiça bem mais conectada e integrada.

Aperfeiçoamento dos **relatórios de dados** das unidades judiciais para acompanhamento da produtividade.

Aprimoramento e correções nos sistemas utilizados pela CGJMA: SIAFERJWEB, PERITUS, DATAJUD, AEGIS, AEGIS-D, PJECOR, SITE e AUDITUS.

Acompanhamento do **desenvolvimento** do Módulo de Inscrição Online do Casamento Comunitário, Sistema Magistratus e Hotsite das Serventias Extrajudiciais.

Implementação do **WhatsApp Business** em todos os setores da Corregedoria.

Atendimento centralizado no número de telefone do Setor de Protocolo, que hoje recebe solicitações originadas nas redes sociais Telegram, Facebook e Messenger.

As novas facilidades do atendimento automatizado também incluem as demandas realizadas pelo **"Balcão Virtual"**.



1.683

Atendimentos de servidores, advogados e magistrados realizados pelo Sistema Gestor.



73.342

Processos físicos virtualizados no Estado do Maranhão.



Clique na imagem e acesse o link



A close-up photograph of several hands of different skin tones working together to assemble white puzzle pieces. The hands are positioned around the pieces, some holding them in place while others are in the process of fitting them together. The background is a dark, muted green color. A large, semi-transparent green shape is overlaid on the left side of the image, containing the text.

Resolutividade

Metas da Corregedoria Nacional de Justiça

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão cumpriu integralmente as Diretrizes Estratégicas e Metas da Corregedoria Nacional de Justiça para o ano de 2020.

Já no primeiro trimestre de 2021, a CGJMA cumpriu integralmente a **Meta 2** para o exercício de 2021, com o julgamento de 100% das investigações preliminares, sindicâncias e dos procedimentos de natureza disciplinar em face de magistradas e magistrados autuados até 31/12/2019.



Metas CNJ para 2020

1

100%

Implantação do **PJeCor** em 14/9/2020.

2

100%

Julgamento de **100% das investigações preliminares, sindicâncias e dos procedimentos de natureza disciplinar** em face de magistradas e magistrados autuados até 31/12/2018.

3

100% + 22,18%

Julgamento de 97,74% das investigações preliminares, sindicâncias e dos procedimentos de natureza disciplinar contra magistradas e magistrados no prazo de 140 dias a partir da autuação, **superando em 22,18% a Meta 3** (definida em 80%).

Resolutividade em processos

Entendemos que a gestão deve sempre permitir mudanças estratégicas de modo a voltar-se para o permanente aperfeiçoamento das instituições do Sistema de Justiça e, especialmente, da qualidade de seus serviços postos à disposição dos cidadãos. Assim, considerando o papel da Corregedoria e os desafios impostos pelo contexto de incertezas e perdas da pandemia, é que a presente Gestão teve considerável foco na efetividade no exercício de suas missões. A resolutividade processual traduziu-se não apenas em qualidade, mas em considerável incremento da prestação do serviço, conforme panorama que os seguintes dados oferecem.

Instrução e elaboração de Relatório Final pelo Corregedor em

12
PROCESSOS

de Investigação Criminal contra Magistradas e magistrados.

3
Processos pendentes, em tramitação

Cumprimento de

100%
DOS PRAZOS

dos Pedidos de Providências oriundos do CNJ.

475
Processos no total

9.049
PROCESSOS

administrativos decididos e baixados.

1.573
Processos pendentes, em tramitação



Processos Disciplinares

	Magistradas e Magistrados	Delegatárias e Delegatários
JULGADOS	327	106
PENDENTES, EM TRAMITAÇÃO	46	35
PADs	6 Abertos pelo Tribunal	46 19 julgados 27 pendentes, em tramitação



ATOS DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

Período



Abril/ 2020 a
Março/ 2021



407	Sessões do Júri
119.060	Audiências
316.819	Decisões
343.222	Sentenças
832.258	Despachos
14.163.142	Movimentações Processuais



Clique na imagem
e assista ao vídeo



ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

Conclusão da análise de **1166 processos** de prestação de contas de interinos das serventias extrajudiciais, com devolução de receita do FERJ no importe de

 **R\$ 13.828.187,17.**



**Prestação
de contas
mensal**



1.166
MESES
ANALISADOS



510
MESES EM
ANÁLISE



999
MESES A
ANALISAR



Juíza auxiliar Sônia Amaral orientando interinos sobre prestação de contas



Orientação a interinos sobre prestação de contas

NAUJ

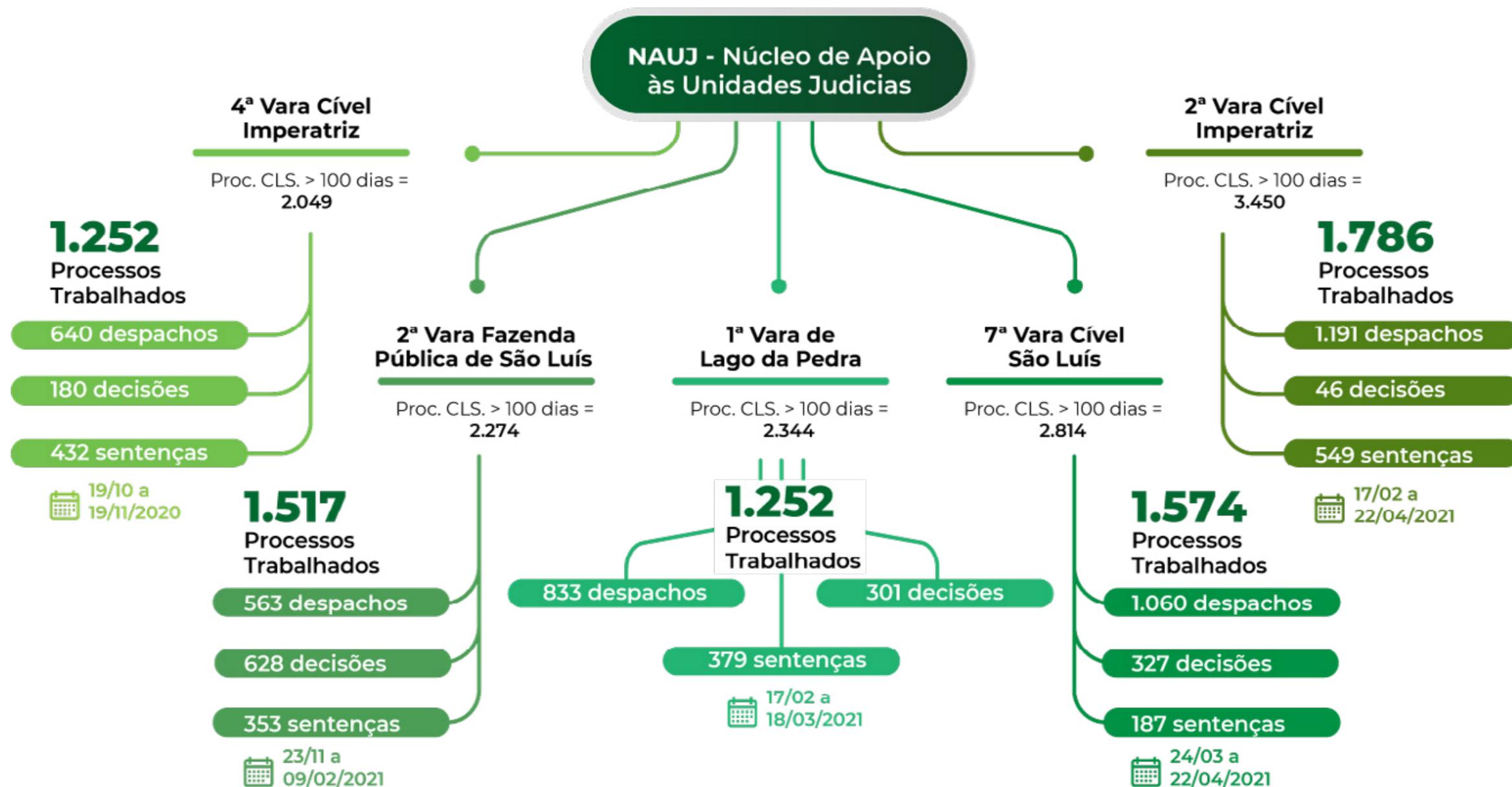
Período
19/10/2020 a
22/04/2021

7.642
PROCESSOS

1.900
Sentenças

1.482
Decisões

4.260
Despachos





SEJUD SÃO LUÍS

Cível

 **Período**
10 meses

Instalação, em 13/7/2020, no Fórum Sarney Costa, marcando um novo início na prestação jurisdicional, padronizando rotinas e uniformizando procedimentos, com **ganhos em escala e produtividade.**



1.064.472

TAREFAS REALIZADAS



SEJUD Cível de São Luís



SEJUD Cível de São Luís

Da Fazenda

 **Período**
12 meses

TAREFAS REALIZADAS

490.576

EM 2020

142.865

EM 2021





SEJUD TIMON

Cível

 **Período**
4 meses

A implantação da terceira Secretaria Digital, a SEJUD, Polo - Timon, em 03/12/2020, considerou a realidade do processo eletrônico em todas as unidades judiciais do Maranhão e o método de processamento eletrônico de autos judiciais que exige uma nova estrutura de gestão, de forma que proporcione **maior eficiência e produtividade** aos serviços judiciários. A SEJUD, Polo - Timon, dentro de um período de quase 5 (cinco) meses de atividades chegou a um número expressivo de tarefas cumpridas, provando que a metodologia utilizada é eficaz, tendo um crescimento gradativo a cada mês.



SEJUD Cível de Timon



Servidores e servidoras recebem treinamento para atuar na SEJUD Cível de Timon



TAREFAS REALIZADAS

11.064

DEZEMBRO/20

26.784

JANEIRO/21

30.515

FEVEREIRO/21

35.584

MARÇO/21



CONTADORIA JUDICIAL DE SÃO LUÍS

Otimização dos trabalhos da **Contadoria Judicial**.

Regulamentação acerca da atuação das contadorias judiciais nas Comarcas do Estado do Maranhão e do procedimento a ser observado pelos juízes de direito quando da remessa dos autos para elaboração de cálculos, por meio da edição do **Provimento CGJMA nº 11/2021**.

Cumprimento da meta relativa de processos analisados no período, no percentual de **101,43%**.



Juiz Nilo Ribeiro Filho e sua equipe em visita à Contadoria Judicial



9.448

PROCESSOS ANALISADOS
E DESPACHADOS



Fachada do Fórum Desembargador Sarney Costa

DEPÓSITO PÚBLICO DO FÓRUM DE SÃO LUÍS

Recuperação e **reorganização** das instalações físicas do Depósito Público do Fórum de São Luís.

Realização de **2 mutirões de capina** no terreno localizado nos fundos do galpão principal, para reduzir a possibilidade de fogo por causas naturais ou provocado acidentalmente.

Elaboração e implementação do **Plano de Combate a Incêndios** e treinamento de todos os servidores e terceirizados.

Encaminhamento de armas, munições e petrechos bélicos para a **Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar**, em cumprimento à RESOL-GP- 692020.

Integridade



Compliance

Aliada às demais diretrizes estratégicas estabelecidas em nível nacional pelo Conselho Nacional de Justiça, tendo em vista, especialmente, que a gestão de riscos favorece o alcance dos objetivos institucionais de integridade e eficiência na gestão pública, a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão instituiu, com o advento do Provimento nº 59/2020, de 1º/12/2020, o Programa de *Compliance*.

O Programa é gerido pelo Núcleo de Compliance (NUCOMP), que, sob a presidência do corregedor-geral, atualmente encontra-se em fase avançada de desenvolvimento da Política de Gestão de Riscos da Instituição.

Ações mais relevantes desenvolvidas pelo **NUCOMP**

Parceria com **Alliance for Integrity**, visando ampliar o conhecimento e a troca de experiências na área de *Compliance*.

Treinamento para servidores e servidoras sobre **Gerenciamento de Riscos**, oferecido em parceria com o Ministério da Economia.

Estudo acerca dos **normativos estaduais**, do Tribunal de Justiça e da Corregedoria que regulam a matéria, a fim de consolidar um documento unificado.

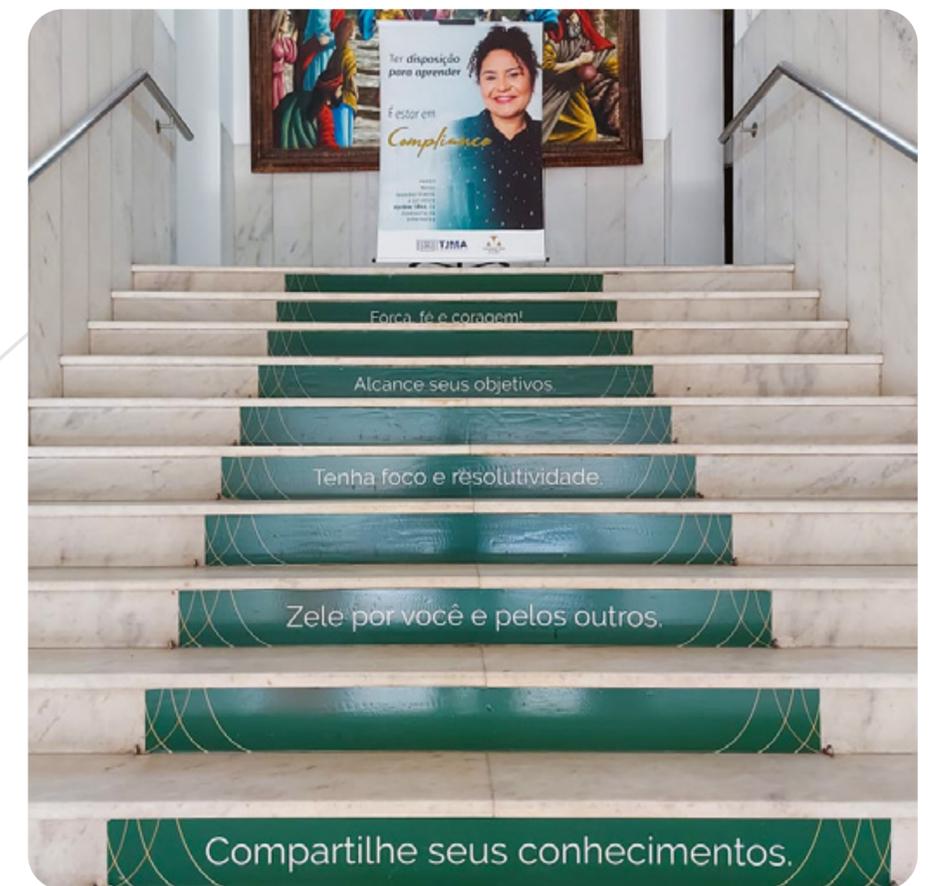
Pesquisa de sondagem sobre *Compliance* com os servidores e servidoras da CGJMA, realizada pelo NUCOMP, em fevereiro de 2021.

Desenvolvimento e disseminação de uma efetiva **cultura de compliance**.



Marca do Programa de Compliance da GJMA

Servidor Compliance, ação em que a Corregedoria destaca o trabalho de um colaborador, mostrando de que forma o desempenho de suas atividades está alinhado aos valores, princípios e normas de *Compliance*, de modo a contribuir para a melhoria dos processos internos da instituição e do trabalho.



Escadaria da CGJMA e banner do Servidor Compliance



Correições e inspeções

Correição em



Juiz auxiliar Gladiston Cutrim em correição presencial - Rosário



Correição em Araiões

CORREIÇÃO EM JUIZADOS ESPECIAIS





Otimização de recursos

Redução de



com **abastecimento de veículos** da CGJMA que atuam na Comarca da Ilha.

Desenvolvimento de **rotina de manutenções** preventivas na frota de veículos.

Controle diário da quilometragem rodada pelos veículos da CGJMA.



Envio de **9 veículos** para leilão, reduzindo despesas com manutenção.



EM RECURSOS

destinados pela Justiça de 1º Grau para o combate à pandemia da **Covid-19**.

Aperfeiçoamento do **fluxo dos processos de pagamento** das faturas, a fim de evitar mora e, conseqüentemente, a incidência de multa, juros e correção monetárias.

Mapeamento e **controle de gastos** das linhas telefônicas fixas instaladas nas unidades judiciais.

UTILIZAÇÃO DE APENAS



destinado a **diárias de servidoras e servidores**.



Transparência

Comunicação

Em razão da pandemia da Covid-19, precisamos restringir o contato pessoal com o cidadão e o nosso público em geral. Para contornar essa situação, fortalecemos a comunicação institucional, que foi elevada a um nível estratégico. A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão levou informação ao público de forma transparente, efetiva e dialógica, sobretudo, através das redes sociais.



Acesse as nossas redes sociais





Cartórios no Ar é uma produção das assessorias de comunicação da CGJMA e do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em parceria com o Colégio Notarial do Brasil, transmitido pela RadioWeb Justiça, que tem a finalidade de levar informações sobre os serviços cartorários à população.



Apresentadora Juliana Soares



Boletim NUGEP - 3ª edição

Apoio institucional ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas (NUGEPNAC) **da Presidência do Tribunal de Justiça**, contribuindo com a periódica divulgação das ações promovidas pelo Núcleo em formato de vídeos de entrevistas e publicação de Boletim Informativo. O objetivo é fomentar os debates acerca dos precedentes, estimulando servidores e juízes na identificação de demandas repetitivas e/ou coletivas, ou aquelas com potencial de repetitividade.

 Clique na imagem e assista ao vídeo

Eventos

Apesar do cenário pandêmico, a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão sediou, em ambiente virtual, importantes eventos.

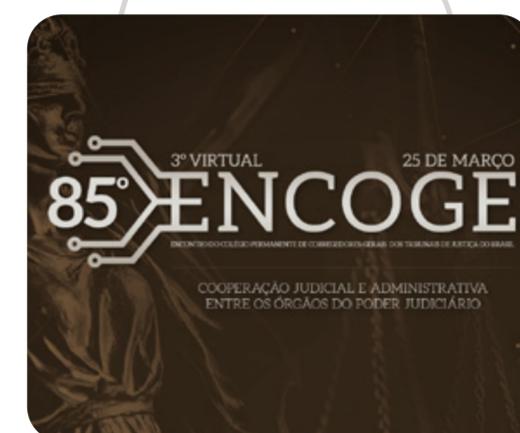
Realização de campanha de arrecadação de doações para o **Natal Solidário**.



Realização da **Semana de Mobilização e Combate ao Sub-Registro**.



Realização do **Encontro Nacional do Colégio de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil** – 3ª Reunião Virtual, com a participação de aproximadamente 400 pessoas.



Realização da **6ª Reunião do Fórum MATOPIBA de Regularização Fundiária**, com a participação de cerca de 200 pessoas.



Conclusão



Conclusão

Ao final desse primeiro ano de gestão, queremos agradecer a confiança e o apoio do presidente do Tribunal, desembargador LOURIVAL SEREJO, do vice-presidente, desembargador JAIME FERREIRA DE ARAÚJO, e dos demais desembargadores e desembargadoras do Tribunal de Justiça, assim como o empenho, compromisso e dedicação de todos os nossos magistrados, servidores e serventuários, certos de que seguiremos juntos, com a mesma disposição de ânimo e compromisso republicano na segunda etapa que agora se inicia.

Aproveitamos ainda para dedicar esse ano de gestão à desembargadora CLEONICE SILVA FREIRE, à juíza HEVELANE DA COSTA ALBUQUERQUE, à delegatária ESMERALDINA LOPES DE ARAÚJO, ao servidor FRANCISCO DAS CHAGAS MOUSINHO LAGO, ao oficial de justiça MARIO LUCIO FERREIRA, ao militar da reserva remunerada em serviço JOSÉ RIBAMAR COSTA SANTOS, entre outros valorosos profissionais do Judiciário maranhense que aqui não foram nominados mas que também perderam suas vidas nesse período, por tudo que fizeram pela Justiça do nosso Estado. Nosso muito obrigado!



Corregedoria Geral
da Justiça

MARANHÃO